Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas[1]

Sharyn Roach Anleu e Kathy Mack

> Não faz sentido ter essa pessoa sentada no tribunal[2] e você dirigindo suas observações ao seu advogado ou para o nada, umm, eu acredito que já ficou demonstrado, no passado, que, para uma ordem do tribunal ter qualquer chance de êxito, a pessoa sobre a qual você a impõe tem que saber o que se exige dela, umm, e para isso eu gosto de falar com elas diretamente. Eu não uso muito o juridiquês; eu sou muito, eu suponho, se comparada com outras pessoas, informal na maneira pela qual eu profiro minhas sentenças e, não tanto minhas decisões sobre condenação ou algo diferente, mas certamente minhas sentenças, eu tendo a reduzir à forma mais, umm, simplista que eu puder, umm, só para evitar que elas cheguem lá fora dizendo "o que ela disse?", umm, mas eu falo das minhas, o *feedback* de estudantes que vêm à minha vara é de que não existem muitos outros que fazem isso, umm, eles parecem só proferir, isso não é uma crítica, eu certamente não estou criticando eles, eu consigo entender que alguns poderiam me criticar, mas, umm, minha impressão do *feedback* é que a maioria usa apenas o juridiquês, não se dirigem diretamente ao acusado, o que no passado era como se fazia e eu reconheço isso, mas isso não é algo que eu faço. (E19)[3]

INTRODUÇÃO

Esses comentários de uma entrevista com uma magistrada[4] australiana enfatizam a comunicação com acusados: "eu gosto de falar com eles diretamente", em vez de por meio de "seu advogado", o que prescreveria a tradição legal. Essas reflexões demonstram consciência da natureza interacional e relacional do trabalho cotidiano. A magistrada sugere que, como a principal audiência para "digirir suas observações [decisórias]" é o acusado, o modo de comunicação é importante "para que uma ordem do tribunal tenha qualquer chance de êxito". Aqui, ela enfatiza a natureza especial do julgar, e o potencial da penalidade em ter um impacto positivo na mudança do comportamento do acusado. Essa autoridade judiciária descreve mudar conscientemente a linguagem quando se comunica com acusados: "eu não uso muito o juridiquês [...] [e] minhas sentenças, eu tendo a reduzir à [linguagem] mais simplista". Isso também indica sua consciência das diferenças de capital social – classe socioeconômica e educação – que percebe entre ela própria e os típicos infratores criminais. Contudo, ela não depende apenas da linguagem para comunicar sua decisão: "eu sou muito [...] informal na maneira pela qual eu profiro minhas sentenças". Ela deseja que a pessoa que está sendo sentenciada entenda o que está acontecendo e "saiba o que é exigido dela". Enquanto ela possa (ou não)

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

pretender administrar as emoções do acusado (ou de outros) por meio de sua abordagem informal e uso de uma linguagem simples, é possível que essa comunicação direta afetará como o acusado se sentirá com relação ao processo judicial. Ainda assim, essa magistrada reconhece que outras autoridades judiciárias proferem a decisão de modo diferente: "a maioria usa apenas o juridiquês, não se dirigem diretamente ao acusado [...] o que no passado era como se fazia".

Juízes e magistrados comunicam diferentes tipos de informações a audiências diversas. Mais aparente é a decisão legal substantiva proferida aos participantes imediatos em um caso legal, assim como aos profissionais do direito, aos serviços de persecução, à corte de apelação e ao público geral. Uma decisão judicial transmite notícias a outros, e o processo pode afetar emocionalmente a autoridade judiciária e os destinatários de várias maneiras, como observa Maynard: "Esperar, e então receber, a notícia pode conduzir um destinatário a ciclos de pavor, desespero, depressão, esperança, júbilo, êxtase e outros estados emocionais. Os portadores de notícias não estão menos suscetíveis a seus inquietantes efeitos" (2003: 2).

Autoridades judiciárias também comunicam (talvez implicitamente) seus entendimentos do papel judicial e sua relação com os outros participantes, leigos ou profissionais. Isso pode envolver a avaliação dos outros no tribunal como merecedores de tratamento respeitoso, cortesia, paciência, empatia ou compaixão. As emoções e o trabalho emocional exigidos para gerar os desejados sentimentos ou as demonstrações na autoridade judiciária ou em outros na sala de audiências são parte desse processo de comunicação.

Utilizar uma "maneira informal" e confiar em uma linguagem "simplista", como descrito na citação inicial, pode reduzir a ansiedade, a sensação de alienação, a marginalização e talvez a frustração ou a raiva do acusado. Essa descrição se alinha com uma estratégia de julgamento da justiça procedimental, especialmente os elementos de ouvir, usar linguagem compreensível e demonstrar paciência, cortesia e respeito (Burke e Leben 2007; Tyler 2006, 2007-2008). Ainda que autoridades judiciárias possam não considerar deliberadamente os sentimentos ou as emoções do acusado, ou se valerem conscientemente do conceito de justiça procedimental, essa comunicação direta pode ser parte de um estilo emocional (Gammerl 2012) que estabelece um regime emocional distinto (Reddy 2001, 2009; Wettergren 2010). Uma tal abordagem pode melhorar a legitimidade da autoridade judiciária e a legitimidade institucional do tribunal (Tyler 2006, Weber 1978).

As descrições na citação inicial contrastam com as comunicações entre magistrados e acusados na clássica etnografia de Carlen dos tribunais [*magistrates' courts*] metropolitanos ingleses (1974, 1976a, 1976b). Em muitas das interações que ela observou, parecia haver uma pequena tentativa pelo magistrado de assegurar que o acusado não representado estava sendo ouvido ou que entendia o que estava acontecendo. Os magistrados partiam do ideal da autoridade judiciária desprendida, sem emoções, ao apresentar disposições emocionais que eram negativas, rudes e desdenhosas, e muito pessoais perante o acusado. Carlen (1976a) observa que, nesses tribunais, "o espanto e a vergonha [dos acusados] são abertamente

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

estimulados e agravados" (p. 49) e eles "frequentemente descobrem que são continuamente repreendidos" (p. 51). O comportamento dos magistrados marginalizava e excluía os acusados, que se tornavam quase acessórios aos processos na sala de audiências. Na pesquisa de Carlen, nem o magistrado, nem outros profissionais da sala de audiências, demonstravam muita reflexão sobre seu processo de tomada de decisão, ou sobre as dimensões emocionais do trabalho judicial, incluindo a comunicação com os participantes na sala de audiências. De modo similar, um estudo da *Crown Court* da Inglaterra e do País de Gales descreve os acusados reportando um "sentimento de serem excedentes aos procedimentos" (Jacobson, Hunter e Kirby 2015: 100). Em contrapartida, uma recente investigação dos tribunais inferiores no sistema de justiça inglês registra uma mudança para estratégias mais comunicativas e justeza procedimental entre alguns juízes leigos (Ward 2017).

Este capítulo examina o julgamento e as emoções, ao analisar sucintamente o papel judicial, especialmente no contexto dos tribunais inferiores, e introduzir o conceito de administração de emoções. Ele, então, se vale de pesquisas empírica na Austrália para demonstrar que as emoções e o trabalho emocional são aspectos centrais da comunicação judicial e podem ser importantes recursos judiciais.

JULGAMENTO E EMOÇÕES

As experiências emocionais judiciais, o trabalho emocional que as autoridades judiciárias devem levar a cabo e as oportunidades para o engajamento com e a administração das emoções, todos são formatados pelo contexto da sala de audiências, assim como pela orientação judicial individual. Diferentes tipos e graus de tribunais influenciam as oportunidades para e os limites sobre a experiência e demonstração das emoções, e a demanda ou o escopo para o trabalho emocional. O papel judicial, especialmente nos tribunais inferiores, pode envolver engajamento direto e interação entre a autoridade judiciária e os participantes. A crescente demanda, ou oportunidades, para esse engajamento deriva do grande número de litigantes não representados e a necessidade de se analisar as questões sociolegais geralmente complexas que muitos acusados e litigantes experimentam no tribunal inferior. Contudo, grandes volumes de casos, tempo limitado e as pressões resultantes para intervenção judicial para avançar casos limitam a extensão do engajamento e da interação (Mack e Roach Anleu 2007). Casos criminais dominam o trabalho dos tribunais inferiores: mais de 95% de todas as acusações criminais nos tribunais australianos começam e são encerradas nas *magistrates' courts*, todavia elas têm somente cerca de metade de todas as autoridades judiciárias (Australian Government Productivity Commission 2018, Opeskin 2013).

O Estudo Nacional de Observação dos Tribunais (*National Court Observation Study*[5]) investigou o comportamento judicial no rol de audiências criminais que não eram de instrução nas *magistrates' courts* australianas. Os procedimentos mais frequentes envolviam pedidos de adiamento, determinação de fiança e declaração

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

de culpa e julgamento. O tempo médio tomado por matéria era de quatro minutos e 13 segundos; metade de todas as matérias foram completadas em dois minutos, 20 segundos ou menos, e 95% foram completadas em menos de 15 minutos (Roach Anleu e Mack 2017). Não surpreende que, mais de metade dos magistrados (54%) consideram a capacidade de tomar decisões rápidas uma habilidade essencial para seu trabalho cotidiano, comparado com menos de um terço de juízes (29%). Todavia, a natureza do trabalho dos magistrados geralmente exige uma comunicação mais direta com litigantes. Mais de metade dos magistrados australianos (58%) indicam que seu tempo é ocupado explicando coisas a litigantes não representados sempre ou geralmente, contrastando com apenas 15% de seus colegas dos tribunais superiores (Roach Anleu e Mack 2017).

Uma magistrada descreve a natureza agitada e pressionada pelo tempo do trabalho do tribunal inferior e a forma como isso inevitavelmente reduz a extensão com a qual autoridades judiciárias podem se engajar com participantes na sala de audiências e como isso afeta a demonstração de emoções:

> Eu tento e sou compassiva, mas eu não acho que as pessoas veem muita evidência disso. Eu não acho, quando você está em um tribunal movimentado, e você está, sabe, você pode acabar em um tribunal inferior e você tem, tipo, talvez num dia pesado, 115 matérias diante de si, e daí você tem custodiados chegando ao mesmo tempo, e, num dia tranquilo, você tem 75 matérias e tem que passar por todas elas. Umm, às vezes isso pode parecer, para o observador lá fora, que você está com pressa e impaciente. Eu tento não parecer impaciente, mas pode parecer isso, de forma que, umm, e então eu não acho que as pessoas possam realmente julgar se você está sendo compassiva ou sensível ou atenta, umm, por causa do ambiente no qual se está, mas essas certamente são qualidades muito, muito importantes que todas as autoridades judiciárias devem ter, especialmente compaixão e a capacidade de ouvir, e o que eu quero dizer com isso é apenas, umm, ouvir o que está sendo dito, tomar nota disso e ser capaz de repeti-lo em uma observação da decisão, mas ser capaz de escutar uma pessoa e, umm, não só entender as palavras que elas estão dizendo, mas entender o sentido e como isso está realmente afetando elas. Umm, e então levando isso em consideração e lidando com a matéria, umm. Assim, eu acho que escutar, umm, assim, eu acho, obviamente, que a compaixão é muito importante, a capacidade de ouvir é extremamente importante porque, a menos que você ouça e entenda uma pessoa, você não está realmente em posição de exercer a compaixão, e se você de fato exercer a compaixão, ela pode partir de uma base errada ou uma base falsa ou insuficiente ou demasiada ou qualquer coisa. Então, eu acho que ouvir é realmente importante. (E25)

Essa magistrada reflete sobre a disjunção entre a experiência das emoções e a demonstração delas: "às vezes isso pode parecer, para o observador lá fora, que você está com pressa e impaciente", mesmo quando "você está sendo compassiva ou sensível". Ela administra essa disjunção assegurando que ela faz um comentário durante a decisão para demonstrar que ela ouviu e mostra compaixão. Isso sugere

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

uma conexão íntima entre a escuta e a compaixão; como ouvir é essencial para entender, por sua vez, ouvir é necessário para "exercitar compaixão". Aqui, ela valoriza a demonstração de compaixão por meio da linguagem, em vez de uma demonstração corporal observável, externa.

Novos paradigmas de julgamento – justiça procedimental e justiça terapêutica – explicitamente reconhecem a importância dessa interação e das habilidades interpessoais (Hunter et al. 2016). Uma vasta literatura na psicologia social estabelece que, em encontros com figuras de autoridade, incluindo juízes, "as pessoas são mais suscetíveis em consentir e cooperar se elas sentem que foram tratadas de maneira justa" (Tyler 2003: 286). Os participantes do tribunal que observam o comportamento judicial como comunicando respeito podem experimentar o processo como legítimo.[6]

A justiça terapêutica liga os processos legais com o bem-estar físico e psicológico dos participantes (King e Ford 2006, McMahon e Wexler 2002, Wexler 2000). Ela foca na interação entre a autoridade judiciária e os participantes do tribunal, propondo que o potencial terapêutico deriva de empatia, respeito, escuta ativa, um foco positivo, não coerção, não paternalismo, clareza e linguagem simples (Goldberg 2005; King 2003, 2006; McIvor 2009).[7] Enquanto a justiça terapêutica está intimamente associada com tribunais especializados e orientados a problemas, os princípios subjacentes podem influenciar a interação e a comunicação essenciais à prática judicial cotidiana nos tribunais tradicionais, como explica essa magistrada:

> Quero dizer, a lei é importante e nós utilizamos o direito, assim, obviamente e, você sabe, ocasionalmente você pegará algumas questões legais complicadas, mas, eu acho que o grosso do nosso trabalho é, na verdade, realmente, resumindo, habilidades interpessoais e mais do que nós pensamos, eu acho, não só administrando nossa sala de audiências, mas, penso eu, é onde a JT, o troço da justiça terapêutica entra, que é realmente sobre como nós interagimos que pode ter um papel real, de verdade, na mudança de comportamento, então, eu acho que isso é o pouquinho que, tipo, nós estamos apenas começando a enfrentar agora, mas, eu acho que o troço interpessoal é a chave, com certeza. (E16; ver também Tutton 2017)

Esses comentários destacam a interação, as habilidades interpessoais e a comunicação como componentes cruciais dessa orientação da magistrada ao trabalho judicial. Eles enfatizam as dimensões comunicativas do papel judicial e desenfatizam, sem desalojar completamente, a importância da lei: "nós utilizamos o direito [...] ocasionalmente [quando há] algumas questões legais complicadas". O tom dos excertos da entrevista sugere satisfação em vez de frustração ou alienação em seu trabalho judicial. Isso está de acordo com o estudo de Lens sobre o julgamento em um tribunal tradicional, de família nos EUA. Ela conclui: "em contraste com juízes mais tradicionais, que falavam pouco ou asperamente com os pais, juízes terapêuticos injetam bocados de apoio, respeito e empatia em

momentos oportunos" (2016: 713). Esses "bocados", porém, podem ter impactos significativos, uma vez que "juízes com uma inclinação terapêutica criavam ambientes mais inclusivos e respeitosos" (2016: 709). A caracterização de Lens do "ambiente" da sala de audiências se alinha com as noções de estilo emocional ou regime emocional que autoridades judiciárias podem estabelecer, conscientemente ou não. Uma juíza de um tribunal intermediário indica que ela busca:

> [...] engendrar na sala de audiências uma sensação de que todo mundo terá sua oitiva e sua fala, no seu devido tempo, e as pessoas terão a sensação de que elas todas terão uma oitiva aberta, umm, tentando desarmar as coisas quando o clima esquenta ou os sentimentos afloram, umm, tentando reconhecer as tensões que pessoas sofrem e, então, levar isso em conta e assim ser tolerante com isso, umm, geralmente lidando com as pessoas difíceis, você sabe, com firmeza, umm, de que tentará e fazer elas entenderem que existem regras às quais todos têm que aderir, de modo que, umm, todo mundo tenha seu tempo e sua oportunidade, e as pessoas se sentirão basicamente tão confortáveis quanto possível sobre ter sua fala, umm, então eu frequentemente uso o intervalo como uma estratégia, se o clima esquenta, eu determino um intervalo porque se torna uma panela de pressão ali dentro. (E15)

Essa juíza insinua que um particular estilo pode "engendrar na sala de audiências uma sensação [...]", parecida com um clima ou regime emocional. Um componente importante dessa "sensação" é a tradução do valor judicial fundamental de imparcialidade – e da exigência processual de ouvir os dois lados igualmente – em uma noção cotidiana de atividades práticas e de revezamento: "todo mundo terá sua oitiva e sua fala, no seu devido tempo". Dessa forma, a imparcialidade como revezamento é uma estratégia para administração de emoções: "as pessoas se sentirão basicamente tão confortáveis quanto possível sobre ter sua fala". A juíza descreve confiar na empatia na sala de audiências: "tentando reconhecer as tensões que pessoas sofrem". Ainda assim, essas reflexões indicam os limites do papel judicial em "desarmar as coisas quando o clima esquenta ou os sentimentos afloram". Quando as medidas interativas são insuficientes, a administração das emoções dos outros (e talvez da própria autoridade judiciária) inclui "um intervalo [...] eu determino um intervalo" e o adiamento do procedimento.

Apesar da negação formal às emoções e das tentativas de erradicá-las ou as conter, algumas autoridades judiciárias antecipam a interação, os sentimentos, as emoções e a administração das emoções como algo inerente, embora não incontroverso, para a prática judicial no trabalho cotidiano. Isso é uma mudança significativa do modelo convencional de autoridade judiciária, que escala o julgamento imparcial como sem emoção, enfatizando a razão sobre o sentimento e as regras legais sobre as emoções (Bandes 2001, Bandes e Blumenthal 2012, Bergman Blix e Wettergren 2016, Maroney 2011a, 2011b). Nesse modelo, presume-se que as emoções são políticas, instáveis, pessoais e irracionais,

comprometendo, portanto, o exercício imparcial da autoridade judiciária. Contudo, existem demandas sobre as autoridades judiciárias para assumirem o trabalho emocional que requer um tipo de esforço não antecipado pelas descrições convencionais de autoridade judiciária.

TRABALHO EMOCIONAL E TRABALHO JUDICIAL

"A administração de emoções se refere às estratégias cognitivas, comportamentais e expressivas que os indivíduos utilizam para alinhar suas experiências e expressões emocionais com regras sentimentais culturamente ordenadas" (Lively 2008: 288, ênfases omitidas). Regras sentimentais são normas implícitas e compartilhadas sobre sentimentos apropriados e demonstração de emoções, em situações ou arranjos específicos (Wettergren e Bergman Blix 2016). A conformidade com as regras sentimentais "exige que se induza ou se suprima sentimentos para sustentar o semblante externo, o qual produz o estado mental apropriado nos outros" (Hochschild 1983: 7). O trabalho emocional tem dimensões múltiplas: a primeira é a experiência emocional individual, subjetiva, geralmente psicológica, associada com uma demonstração externa específica, talvez espontânea. Muitas conceituações de emoções descrevem a mudança fisiológica na resposta a um evento ou uma situação que gera ou provoca a emoção (Gross 2015). Outros veem as emoções como o produto da interação social, em vez de uma reação provocada, e reconhecem que as emoções exigem uma categorização cultural que utiliza linguagem, discursos e narrativas, assim como normas e regras sentimentais que especificam, regulam e dão forma à experiência e à demonstração das emoções adequadas (Feldman Barrett 2017, Lively 2008, Lively e Weed 2014).

Algumas discussões sobre emoções e trabalho judicial enfatizam o estresse e a exaustão (Baillot, Cowan e Munro 2013, Flores et al. 2009, Kirby 1995, 2013, Schrever 2015, Wilmouth 2018), e são tópicos de conferências judiciais e de desenvolvimento profissional. Todavia, as emoções e a demonstração de específicas emoções podem ser recursos importantes para autoridades judiciárias administrarem seu trabalho cotidiano. As emoções são práticas que podem ser estrategicamente orientadas à conclusão de tarefas e objetivos cotidianos, mas não necessariamente em "um sentido superficialmente instrumental" (Scheer 2012: 203). Apesar disso, autoridades judiciárias não têm muita orientação quanto às regras sentimentais. Como observa Travers: "Quase não há supervisão administrativa, à exceção do fato de que decisões podem ser recorridas com bases legais" (2017: 329; ver também Hochschild 1983). Declarações genéricas de comportamento e porte judiciais esperados estão contidas em manuais de conduta judicial, assim como em artefatos judiciais, incluindo casos de apelação, textos não judiciais, discursos judiciais e, mais implicitamente, como parte da socialização profissional. Por exemplo, os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore (*Bangalore Principles of Judicial Conduct*) estabelecem que:

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

> Um juiz deve manter a ordem e o decoro em todos os procedimentos perante o tribunal e ser paciente, digno e cortês com relação aos litigantes, jurados, testemunhas, advogados e outros com quem lide o juiz em capacidade oficial. O juiz deve exigir conduta similar de representantes legais, servidores do tribunal e outros sujeitos à influência, à direção e ao controle do juiz. (United Nations Office on Drugs and Crime 2002: [6.6])

Embora essa declaração não mencione explicitamente as emoções, manter o decoro, a paciência, a dignidade e a cortesia pode envolver consideráveis trabalho emocional e administração de sentimentos da parte da autoridade judiciária e de outros na sala de audiências (Roach Anleu et al. 2018).

A demonstração de qualidades relacionadas a emoções específicas e o trabalho de emoções necessário para se alcançar a demonstração desejada podem ser um aspecto importante da comunicação. A juíza seguinte reflete sobre sua nomeação anterior como magistrada, quando ela:

> [...] lidava com uma grande variedade de pessoas de todos os tipos de antecedentes, então você tinha que ser capaz de conversar com as pessoas, você tinha que cuidar para que você não estivesse falando de forma condescendente com as pessoas – especialmente se elas não fossem todas tão bem instruídas, então eu acredito que uma capacidade de comunicar com as pessoas à sua frente é prioridade na lista do essencial. Você tem um monte de juízes que podem ser abominavelmente rudes com as pessoas e eu nunca entendi muito bem o que eles conseguem ao fazer isso, mas, para mim, nunca existe razão para ser rude com as pessoas. Você deve sempre ser civil com qualquer um, não importa quão rude eles sejam com você no tribunal. Não é desculpa ser rude com elas de volta, então, todos esses tipos de coisas, penso eu, pertencem a habilidades de tipo interpessoal e eu acho que é importante para qualquer juiz ou magistrado lidar dessa maneira. (E18)

Esse comentário enfatiza a importância da comunicação no trabalho judicial. Nos tribunais inferiores, a diversidade de pessoas cria uma necessidade de "cuidar para que você não [esteja] falando de forma condescendente com as pessoas". Ao mesmo tempo, ela aconselha que "você deve sempre ser civil a qualquer um, não importa quão rude eles sejam com você no tribunal". Embora essa entrevistada não utilize o termo cortesia, seus comentários sugerem sua importância, implicitamente contemplando isso como uma estratégia de administração de emoções, ainda que ela não nomeie emoções específicas. Não "falar de forma condescendente" e "sempre ser civil" pode ter o efeito de reduzir, nos acusados (e em outros), as sensações de marginalização, alienação e raiva e frustração associadas (ver também Ward 2017). Isso envolve um ato delicado de equilíbrio – não "falar de forma condescendente" ao mesmo tempo em que se manter "civil" e acima do conflito, independente da rudeza dos outros no tribunal. Essa autoridade judiciária reconhece que outros fazem seu trabalho de maneira diferente: "você tem um

monte de juízes que podem ser abominavelmente rudes com as pessoas". Isso ressoa com as descobertas anteriores de Carlen, que apresentam as formas geralmente desdenhosas, sarcásticas e rudes pelas quais os magistrados repreendem os acusados (Carlen 1974). Uma recente investigação da *Crown Court* da Inglaterra e do País de Gales também identificou que alguns acusados relataram passar por comportamento judicial rude ou desdenhoso (Jacobson, Hunter e Kirby 2015). O trabalho de emoções, incluindo a demonstração de cortesia, pode exigir recursos diversos, incluindo porte externo, diferentes maneiras de comunicar decisões e humor.

RECURSOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DE EMOÇÕES

Autoridades judiciárias podem empregar uma variedade de emoções, demonstrações emotivas e práticas emotivas relacionadas como parte de seu ofício no tribunal, incluindo o porte, a forma como as decisões são comunicadas e o uso de humor.

PORTE

Um porte judicial que extirpa ou minimiza a demonstração de emoções pode ser uma estratégia para comunicar um entendimento convencional de imparcialidade (Geyh 2013). Para Goffman, o porte é um

> elemento do comportamento cerimonial do indivíduo tipicamente expresso por meio da postura, da vestimenta e das maneiras [...] o indivíduo que se porta "bem" ou "adequadamente" demonstra esses atributos como: discrição e sinceridade; modéstia nas afirmações sobre si; espírito esportivo; controle da fala e dos movimentos físicos; autocontrole sobre suas emoções, seus apetites, e seus desejos; postura sob pressão; e assim por diante. (1956: 489)

Os *Comentários sobre os Princípios de Conduta Judicial de Bangalore* especificam que: "O porte de um juiz é crucial para manter sua imparcialidade porque é o que os outros veem. O porte inadequado pode minar o processo judicial ao transmitir uma impressão de parcialidade ou indiferença" (United Nations Office on Drugs and Crime 2007: [213]).

O Estudo Nacional de Observação dos Tribunais, conduzido nos tribunais inferiores na Austrália, identifica que, esmagadoramente, o porte dos magistrados era rotineiro, impessoal ou sistemático (74% de todas as interações gravadas). Esse porte reflete o mínimo envolvimento pessoal aparente com pouca, ou não visível, demonstração emocional ou afetiva. Os magistrados por vezes eram pacientes e corteses (16% das interações), ocasionalmente pareciam impacientes, apressados, desatenciosos ou entediados (6% das interações) e muito raramente eram simpáticos ou amáveis (2% das interações) ou duros, rudes e condescendentes (2% das

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

interações) (Mack e Roach Anleu 2010; ver também Hunter 2005, Mileski 1971, Ptacek 1999). Uma autoridade judiciária enfatiza a importância de não demonstrar emoções visíveis:

> Eu não tenho nenhum grande desejo de chorar no tribunal e eu acho que são os anos de tribunal, umm, e eu penso que as pessoas têm que lembrar que, como uma autoridade judiciária, você está sentada lá em cima, todo mundo vê o que você faz. Todo mundo vê se você está, tipo, largada ou sentada ou não tomando notas. Então, você se acostuma a isso, umm, e eu realmente acho, e eu espero não chorar no tribunal algum dia, mas eu acredito que é importante não fazer isso. Não entrar num colapso do mesmo tipo do estado emocional e realmente apenas tentar e manter o controle quando você puder porque todo mundo está olhando para você para manter o controle e eu acho que é realmente importante que, se você fosse começar a chorar ou fosse ficar um pouco sentida, então, eu acredito que a confiança das pessoas em sua capacidade de não desabar realmente afetaria as pessoas. (E31)

Esse excerto mostra os limites de sua demonstração de emoções: "eu espero não chorar no tribunal algum dia, mas eu acredito que é importante não fazer isso". Ela considera a demonstração de um porte controlado e calmo como essencial para a credibilidade e o reconhecimento da "capacidade". Uma demonstração de calma, de não entrar em colapso do "mesmo tipo do estado emocional", é importante para a confiança pública. A magistrada pode também estar se referindo a uma perceptível diferença de gênero (ou estereótipo): a demonstração de emoções pelo choro arrisca corroer a autoridade judiciária de uma mulher mais do que aconteceria com seus colegas homens, e poderia abalar as percepções de sua capacidade de "manter o controle" de si e da sala de audiências. Administrar a demonstração de emoções tem também uma função didática; isso comunica expectativas da conduta apropriada na sala de audiências aos participantes, reforçando ou constituindo as regras sentimentais em operação. Além disso, ela demonstra imparcialidade: "Todo mundo vê se você está, tipo, largada ou sentada ou não tomando notas". Os outros na sala de audiências podem perceber a "má postura" como evidência do desinteresse da autoridade judiciária ou de sentimentos de tédio ou frustração. Não tomar notas pode expressar desatenção e fazer alguns participantes passarem raiva, se frustrarem e terem sensações de tratamento injusto.

Quando os magistrados interagiam diretamente com o acusado, estivessem ou não legalmente representados, eles demonstravam mais paciência, comparado com o seu porte observado, frente a frente, com outros participantes do tribunal – representantes da acusação, defesa. Os entrevistados falaram sobre como eles demonstram empatia como um aspecto do porte, mas são cautelosos para fazê-lo de uma maneira que não prejudique seus papeis de autoridade judiciária, de um tomador de decisões imparcial. A empatia é uma capacidade ou um "processo emocional" em vez de uma emoção em si (Wettergren e Blix 2016: 23). A "empatia exige tanto a habilidade de compartilhar a experiência emocional da outra

pessoa (componente afetivo) quanto um entendimento da experiência da outra pessoa (componente cognitivo)" (Decety e Jackson 2004: 73). Porém, atitudes em prol do papel de empatia no trabalho judicial são ambivalentes: um terço dos magistrados e somente um quarto dos juízes indicam que a empatia é essencial ao seu trabalho cotidiano (Roach Anleu e Mack 2017).

Um magistrado delineia os limites da empatia e o escopo da experiência e da demonstração de emoções no tribunal:

> Frequentemente existem matérias que trazem lágrimas aos olhos e eu penso que meu papel é que, meu papel não é sentar ali e ter empatia e chorar com eles, meu papel é ser aquela face do judiciário, aquela face da comunidade, aquela face que está reconhecendo aquele pesar sem participar dele como tal, mas eu também não acho que não há nada de muito errado em mostrar que você foi afetado pelo que aconteceu. (E17)

Embora esse magistrado admita que as autoridades judiciárias podem ser emocionalmente afetadas pelo que elas veem e ouvem no tribunal, alguma indicação de "que você foi afetado pelo que aconteceu" não necessariamente o prejudica de ser "a face do judiciário", desprendido e distanciado, como antecipado pelo *status* institucional do juiz. Ele admite uma vontade em demonstrar emoção, mas não vai ao ponto de "participar" do pesar das partes. Ou seja, a emoção que ele demonstra é a emoção da comunidade, e isso amarra o papel judicial às expectativas da comunidade, em vez de às emoções no momento.

Várias autoridades judiciárias destacam a importância de utilizar palavras ou estilos de comunicação específicos com participantes nas salas de audiências; eles enfatizam: falar diretamente, não falar baixo, usar linguagem simples e adotar emoções e comportamentos informais de outros. Uma magistrada associa explicitamente o tom da voz como uma estratégia para administrar as emoções dos outros no tribunal, que passam por "um estado aumentado de ansiedade ou raiva":

> Eu acredito que o seu tom de voz é uma ferramenta muito boa [...] para alguém que está em um estado aumentado de ansiedade ou raiva, eu descobri que se eu baixar minha voz, baixar o tom da minha voz e o volume, uma vez que se você gritar com eles, ficam piores, eles se tranquilizam também – pelo menos o suficiente para você ser capaz de dizer o que você precisa dizer. (E09)

Ela explica que "baixar o tom [...] e o volume" de sua voz é uma maneira de reduzir o risco de intensificar as expressões de emoções. Subjacente a isso, está a busca por manter a ordem e evitar a desordem, da qual a autoridade judiciária necessariamente se tornaria parte "se você gritar com eles" (cf. Rock 1991, 1993). Em contraste, um juiz observa:

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

> Bem, depende do que está acontecendo e do que a testemunha faz e de que tipo de pessoa a testemunha é. Se é um homem valentão grande que começa a gritar, eu grito mais alto, e eu tenho a autoridade para calar ele, e ele o faz. Se é, digo isso só para usar estereótipos [...] Se é uma mulher que está ficando histérica, eu tento acalmá-la, mas com uma voz firme, você sabe, para garantir que ela saiba que ela não pode continuar gritando com as partes no tribunal – então, você tem que estar ciente dos sinais de várias emoções. (E08)

Esse juiz descreve demonstrações de emoções altamente visíveis por parte de participantes do tribunal: gritaria, possíveis expressões de raiva, frustração ou impaciência (Maroney 2012). Ele não indica qualquer preocupação sobre a escalada de comportamento indesejado ou inapropriado, mas sustenta que ele "grita mais alto". Ele invoca seu *status* como juiz para administrar emoções e controlar o comportamento dos participantes do tribunal: "eu tenho a autoridade para calar ele, e ele o faz". Ele aceita as demandas do trabalho emocional, em vez de delegá-lo: "eu tento acalmá-la". Ao mesmo tempo, ele considera sua conduta como normas comunicativas do decoro da sala de audiências e das regras sentimentais: "para garantir que ela saiba que ela não pode continuar gritando com as partes no tribunal".

COMUNICANDO DECISÕES

A citação no começo do artigo enfatiza a importância de se falar diretamente com um acusado, especialmente durante a decisão. Contudo, a convenção legal é de que, quando um/uma representante legal está presente, então a autoridade judiciária se dirigirá somente a ele/ela, não à pessoa representada, como refletido no comentário abaixo:

> Bem, você está condenando eles e, quero dizer, eu falo diretamente com eles, quando eu profiro um julgamento, eu falo diretamente com o acusado e, claro, você não pode, umm, às vezes irei dizer ao advogado "Você se importa se eu falar diretamente com ele?", umm, e normalmente as pessoas não se importam, umm, especialmente se é um durante um pleito, eles querem tudo o mais aberto possível. (E31)

Essa autoridade judiciária mostra um compromisso com a importância emocional e prática de se falar diretamente com alguém sendo sentenciado, assim como uma ciência da norma institucional, ao quase pedir permissão do advogado, perguntando: "Você se importa se eu falar diretamente com ele?" Esse magistrado não está sozinho ao enfatizar a importância comunicativa de se falar diretamente. Dados do Estudo Nacional de Observação dos Tribunais na Austrália evidenciam que os magistrados alteram seu comportamento quando comunicam sentenças, comparado com decisões não resolutórias, tal como fiança, adiamentos, ou

resolvendo questões para outros procedimentos. Aspectos específicos de comunicação que podem mudar são:

- se o magistrado olha e/ou fala diretamente com o acusado; e
- como esse comportamento varia na presença de representação legal.

Em oito de dez decisões condenatórias, os magistrados olharam para e/ou falaram diretamente com o acusado, independente da presença de um representante legal de defesa. Em contraste, em decisões não resolutórias, olhar e falar variaram bruscamente dependendo da presença de um representante legal. Quando um representante de defesa estava presente, os magistrados olhavam e falavam diretamente com o acusado menos frequentemente do que quando não estava presente um representante de defesa (Roach Anleu e Mack 2015). Essas diferenças podem, em parte, refletir as pressões de tempo e o volume de casos nos tribunais inferiores, que não permitem comunicação estendida em decisões mais rotineiras e procedimentais.

O ponto-chave é que, na maioria das matérias de sentença, independente se um acusado está legalmente representado, o magistrado fala diretamente com ele ou ela. Quando a decisão não se relaciona à sentença – por exemplo, determinação de fiança e adiamentos – os magistrados falam diretamente com os acusados muito menos frequentemente quando eles têm representação legal. O mesmo padrão se mantém para magistrados olhando diretamente ao acusado para algo mais que um olhar de relance.

No entanto, a comunicação direta com – olhando para ou falando para – um acusado pode não ser necessariamente solidária ou benigna, e pode provocar sentimentos de raiva, frustração, vergonha ou ansiedade. Fazer contato visual e falar diretamente pode indicar engajamento ou envolvimento, ou pode ser parte de persuasão ou uma tentativa de afirmar dominância, aumentando potencialmente sentimentos de alienação e marginalização. O conteúdo e a maneira do que é comunicado são cruciais (Mack e Roach Anleu 2010, 2012).

Acusados (representados ou não) não são os únicos participantes do tribunal emocionalmente exigentes com os quais as autoridades judiciárias devem administrar comunicações e emoções:

> Nós temos um monte de pessoas difíceis diante de nós no tribunal, não só acusados, mas também alguns [...] advogados muito desqualificados, e às vezes é bastante difícil lidar com eles e difícil não ser rude, mas nós temos que tentar [...] eu também acho que existe uma tensão entre o julgamento passivo e ativo, e, se você só se senta lá passivamente, você pode ficar lá por três vezes a porção de tempo que realmente toma, e nós não temos esse luxo – se isso é um luxo. (E09)

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

Nesse comentário, a magistrada delineia o trabalho emocional e o esforço em administrar suas próprias emoções. A declaração de que "às vezes é bastante difícil lidar com eles" (advogados desqualificados), talvez insinue que ela experimenta frustração e se sente impaciente: é um esforço "não ser rude"; ser rude pode provocar sentimentos hostis nos advogados, assim como pode violar normas éticas, "mas nós temos que tentar". A magistrada identifica que não intervir, "senta[ndo] lá passivamente", poderia significar que as questões tomam "três vezes a porção de tempo", e assim gerar frustração e sentimentos de impaciência em outros participantes do tribunal. Mesmo nos tribunais superiores, onde a interação ocorre essencialmente entre juízes e representantes legais, em um formato mais formal, estruturado e convencional, existem demandas por trabalho emocional. Um juiz pondera:

> [...] nós estávamos falando antes sobre testemunhas e partes ficando emotivas na sala de audiências, mas a coisa toda é/pode ser um contexto mais amplo que isso. Em outras palavras, como muitos juízes, se eu sou confrontado por várias horas sem fim por um advogado particularmente incompetente, eu ficarei irritado. Bem, isso é uma emoção. (E08; ver também Tutton, Mack e Roach Anleu 2018)

HUMOR

Uma estratégia que autoridades judiciárias utilizam para administrar alguns dos aspectos emocionais do trabalho cotidiano e para comunicar seus entendimentos do papel judicial e das relações esperadas com outros participantes da sala de audiências é o humor. Mais de metade das autoridades judiciárias australianas (magistrados e juízes) considera o senso de humor uma qualidade essencial ou muito importante para seu trabalho cotidiano (Roach Anleu e Mack 2017). Embora algumas autoridades judiciárias reconheçam algum escopo para o humor, muito veem o humor na sala de audiências como arriscado ou inapropriado, dada a seriedade dos procedimentos legais (Roach Anleu, Mack e Tutton 2014).

As pesquisas sobre o humor na sala de audiências geralmente investigam a interação entre a autoridade judiciária e o acusado (Bergman Blix e Wettergren 2018, Roach Anleu e Mack 2018, Scarduzio 2011). O humor judicial frequentemente assume a forma de uma "astúcia espontânea [que] se desenvolve na imediatidade do momento" (Milner Davis e Simpson 2001: 328). O uso do humor poder ser tanto inclusivo, como uma tentativa de tornar o processo legal mais compreensível ao acusado, quanto excludente, reforçando o *status* estranho do acusado (Carlen 1976a, 1976b; Scarduzio 2011). O estudo de Carlen (1974, 1976a, 1976b) sobre as *magistrates' courts* inglesas demonstra a maneira como a risada e a brincadeira entre o magistrado e o promotor (policial) efetivamente marginalizam acusados (não representados), desacreditando suas tentativas de oferecer explicações alternativas. Nesses casos, o humor gera controle social ao proporcionar uma punição adicional na forma de zombaria e humilhação – o que

pode ser experimentado como humorístico a (alguns) participantes regulares do tribunal, mas como repressivo pelos acusados e alguns outros (Roach Anleu e Mack 2017).

O acusado não é o único objeto do humor judicial; frequentemente ele é dirigido aos membros da profissão legal (Hobbs 2007, Maroney 2012, Milner Davis e Roach Anleu 2018, Moran 2018). O uso do humor pode comunicar uma informação importante aos participantes da sala de audiências e administrar várias emoções. Conversas humorísticas podem ter funções práticas ao ajudar no fluxo de trabalho e nos processos organizacionais, assim como no significado normativo ao identificar a conduta ou a emoção apropriada e reforçar hierarquias de *status*, especialmente a posição da autoridade judiciária na sala de audiências (Bergman Blix e Wettergren 2018, Roach Anleu e Mack 2018).

No Estudo Nacional de Observação dos Tribunais, os magistrados utilizavam um humor que parecia voltado a alcançar resultados práticos, como quebrar o gelo, ou estender qualidades humanas e pessoais aos procedimentos legais impessoais. Gracejos humorísticos, incluindo humor autodepreciativo, podem ser uma maneira de administrar sentimentos de ansiedade, até de medo, do acusado; ou os sentimentos de frustração e impaciência do próprio magistrado, decorrentes de pedidos múltiplos de adiamentos, de um acusado ausente ou de papelada incompleta (Mack, Roach Anleu e Tutton 2014).

O seguinte magistrado descreve a maneira como o humor poder ser um "disjuntor", talvez administrando sentimentos de incerteza ou ansiedade, e apresenta o magistrado como "humano", aludindo à possibilidade de que o humor é uma forma de administrar as emoções da própria autoridade judiciária.

> Mesmo na sala de audiências, tipo, eu usaria o humor bastante frequentemente, umm, às vezes somente um pouquinho como disjuntor, mas outras vezes apenas para ser humano. Você sabe, como se acontece algo engraçado, [...] é inútil ser todo austero e inflexível na bancada enquanto todos os outros estão dando risada – tipo, você sabe, se isso não está ofendendo ninguém e se não é inapropriado, bem, então, você sabe, eu não vejo nenhum problema em dar risada também, ou, você sabe, ocasionalmente fazer um gracejo ou algo que é, umm, novamente não inapropriado [...] Eu provavelmente me inclino mais a usar o humor do que a ficar distante dele – mas, eu acho que é importante –; isso mostra que você é humano para todo mundo e que você tem um pouco de senso de humor e que você não é inflexível e, umm, mas, você sabe, eu acredito que isso, tipo, ajuda sim a lidar um pouco também. (E34)

Essa citação demonstra as dimensões comunicativas de "dar risada"; ela mostra que a autoridade judiciária não é "toda austera e inflexível", ou impessoal, distante e desinteressada, mas, ao contrário, "isso mostra que você é humano [...] e que você não é inflexível". Esses comentários indicam uma reflexão sobre os limites dos usos e tipos de humor e consciência das regras sentimentais. "Se acontece algo engraçado" sugere que a forma de humor não é uma piada premeditada ou

preparada, mas surge quase naturalmente das interações na sala de audiências. É importante que a risada ou o humor "não [esteja] ofendendo ninguém e não [seja] inapropriado", não violando, assim, as normas de imparcialidade, decoro e respeito.

Essas interações humorísticas podem ser bem breves, enquanto também estabelecem expectativas para os advogados, tendo, assim, uma dimensão normativa, como indica esse excerto transcrito:

> M: Você representa a Srta. Graham?
> RD: Sim.
> M: Ela está em algum lugar aqui? [referindo-se à acusada]
> RD: Ela está, eu acho que ela estava lá embaixo, na área do calabouço.
> M: Eu não sabia que nós tínhamos uma área de calabouço nesse tribunal.
> RD: É só uma sensação.
> M: Qual?
> RD: É só uma sensação que você tem lá embaixo.
> M: Embaixo das escadas?
> RD: Embaixo das escadas.
> [Nenhum comparecimento da acusada]
> M: Eu vou me retirar, você pode procurá-la, ela deve estar lá fora.
> RD: Obrigado, Meritíssimo.
> [M = Magistrado; RD = Representante da Defesa]

Enquanto o representante da defesa inicia o humor ao se referir à "área do calabouço", o magistrado continua a metáfora, e a interação possibilita algum tempo para a acusada chegar. Porém, o magistrado interrompe o tempo de espera e especifica ao advogado: "você pode procurá-la, ela deve estar lá fora". É responsabilidade do advogado localizar a cliente, e não uma tarefa dos outros participantes do tribunal; e a autoridade judiciária não irá esperar ela aparecer, e deseja que a lista continue andando.

CONCLUSÃO

O trabalho emocional judicial é comunicativo. Através de demonstrações de cortesia e respeito, autoridades judiciárias transmitem expectativas de comportamento e conduta. Essas demonstrações podem ser manifestas por meio do falar com e do olhar diretamente para os participantes da sala de audiências, utilizando linguagem não jurídica, adotando um estilo mais informal e uma variedade de portes. Contudo, o olhar e a fala diretos ou a informalidade também podem abarcar gritos e rudeza, deixando possivelmente os participantes se sentindo marginalizados, frustrados, irritados e impotentes.

As emoções e o trabalho emocional estão incorporados nas relações e interações sociais que ocorrem no contexto da sala de audiências. Apesar do modelo convencional de autoridade judicial, que exige um julgamento desapaixonado, sem emoções, impessoal e desinteressado, o trabalho judicial cotidiano pode ser emocionalmente denso. Autoridades judiciárias, especialmente

nos tribunais inferiores, se encontram com participantes – acusados, litigantes, vítimas, testemunhas, profissionais do direito – que experimentam e expressam várias emoções, incluindo raiva, medo, vergonha, ansiedade, constrangimento ou repulsa, e às vezes emoções mais positivas de alívio e satisfação. Autoridades judiciárias podem elas próprias passar por raiva, frustração, tristeza, simpatia, repulsa e outros sentimentos como orgulho e lealdade. Elas devem administrar suas próprias emoções para demonstrar uma expressão externa específica, especialmente o porte judicial esperado de ausência de emoções.

A natureza e o escopo das emoções judiciais e do trabalho emocional são configurados pelas pressões organizacionais, como o grande número de acusados não representados e longas listas de casos, característico dos tribunais inferiores, assim como por fatores institucionais, especialmente os requisitos legais formais do papel judicial. Estratégias judiciais alternativas podem exigir uma comunicação judicial mais direta com os participantes do tribunal e oferecer um considerável potencial para uma interação aprimorada na sala de audiências. Pesquisas empíricas demonstram que traduzir a norma judicial essencial da imparcialidade em prática na sala de audiências depende, em parte, das emoções e do trabalho emocional.

NOTAS

[1] Nós agradecemos o apoio de financiamento, financeiro e outros do Conselho de Pesquisa Australiano (*Australian Research Council*) (LP0210306, LP0669168, DP0665198, DP1096888, DP150103663), da Universidade de Flinders, assim como do Instituto Australasiano de Administração Judicial (*Australasian Institute of Judicial Administration*), da Associação dos Magistrados Australianos (*Association of Australian Magistrates*) e de muitos tribunais e suas autoridades judiciárias. Nós agradecemos também a vários assistentes de pesquisa e administrativos, ao longo do curso da pesquisa, especialmente Rhiannon Davies, Colleen deLaine, Jordan Tutton e Rae Wood. Todas as fases dessa pesquisa que envolveram sujeitos humanos foram aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa Social e Comportamental da Universidade de Flinders. Versões anteriores desse capítulo foram apresentadas no Workshop de Pesquisa em Direito, Razão e Emoção (*Law, Reason & Emotion Research Workshop*), da Faculdade de Direito, da Universidade de New South Wales, em 16 de março de 2016, e no Simpósio Comunicando a Justiça (*Communicating Justice Symposium*), da Universidade de Strathclyde, em Glasgow, Escócia, em 10 de outubro de 2017. Agradecemos as perguntas e os comentários de muitos dos participantes desses eventos.

[2] Ver a nota do Capítulo 1 sobre a tradução de *courts*, para esta coletânea. (NT)

[3] As entrevistas foram realizadas com 38 autoridades judiciárias – 17 magistrados, 21 juízes; 19 homens e 19 mulheres em tribunais estaduais – por toda a Austrália, entre agosto de 2012 e dezembro de 2013, variando em extensão de 25 minutos a uma hora e 33 minutos. A maioria foi conduzida na sala das autoridades judiciárias. As perguntas do questionário eram abertas, permitindo que os entrevistados discutissem uma ampla variedade de questões de suas próprias perspectivas e em suas próprias palavras, baseado em suas experiências e seus conhecimentos. As entrevistas foram mais em estilo de conversa do que um formato de pergunta e resposta. Havia um amplo escopo para respostas de sondagem para buscar mais informações (Silverman 2013). Durante a entrevista, buscou-se o consentimento do entrevistado para registro do áudio e anotação escrita. À exceção de dois entrevistados, todos consentiram em serem gravados; e todos os entrevistados concordaram com as anotações escritas. As entrevistas que foram registradas em

áudio foram inteiramente transcritas no Projeto de Pesquisa Judicial, para maximizar a exatidão e a confidencialidade. Foi utilizado o pacote de programas NVivo para organizar, analisar e examinar relações nesses dados não numéricos e ricos em texto. Cada entrevistado recebeu um número distinto, indicado por E## [no original, I##], como indicado pela designação (E19) para esse excerto. As citações são literais, com todos os nomes alterados e qualquer informação identificadora deletada.

[4] Geralmente, na Austrália, o termo "magistrado" se refere a autoridades judiciárias em tribunais inferiores. "Juiz" se refere aqueles que presidem tribunais estaduais, territoriais ou nacionais superiores (intermediários ou supremo) – exceto no Território do Norte, onde os magistrados receberam o título de "juiz", em 2016. A Austrália é um sistema político e legal federal, com um sistema de tribunais separado para cada um dos seis estados e dois territórios, e também tribunais nacionais. O tribunal de primeira instância no sistema estadual/territorial é chamado de *magistrates' court* – exceto em New South Wales e no Território do Norte, onde o tribunal é chamado de tribunal local. Os magistrados australianos são autoridades judiciárias remuneradas, com qualificações legais, e nomeados até uma idade de aposentadoria fixada em lei. O capítulo usa o termo "autoridade judiciária" para incluir tanto magistrados quanto juízes.

[5] O estudo envolveu a observação de 27 magistrados, em 30 diferentes sessões dos tribunais, em 20 diferentes locais, resultando em dados sobre 1.287 matérias individuais em diferentes estágios de seu progresso. Utilizando uma planilha de códigos impressa, dois observadores registraram aspectos da expressão emocional dos magistrados, ou a sua falta, a interação com outros na sala de audiências, incluindo o acusado quando presente, e o procedimento e a decisão do magistrado (Mack e Roach Anleu 2010). Levando em conta o tom de voz, a linguagem utilizada, a expressão facial e a linguagem corporal, os observadores caracterizavam o porte de um magistrado como simpático, paciente/cortês, rotineiro/impessoal, impaciente/desatencioso ou duro/condescendente/rude. Algumas informações, como os detalhes da(s) infração(ões) ou dados demográficos dos acusados, foram obtidas dos registros dos tribunais. Em todas as jurisdições, salvo uma (onde os procedimentos não são registrados em áudio), foram obtidas as transcrições dos procedimentos do tribunal.

[6] Apesar do entusiasmo pela justiça procedimental, os críticos levantam preocupações sobre justeza legal. Se os usuários dos tribunais sentem que a autoridade judiciária os tratou com respeito, manifestou paciência e ouviu suas histórias, então eles não podem questionar resultados injustos ou legalmente incorretos. Outros vão além e sugerem que aqueles em autoridade – policiais, juízes – adotam potencialmente elementos da justiça procedimental instrumentalmente como "uma forma barata de cooptar cidadãos e os distrair dos resultados, que, por critérios normativos, podem ser considerados substancialmente injustos ou parciais" (MacCoun 2005: 189). Para alguns usuários dos tribunais, o processo importa menos do que os resultados. Um recente estudo da *Crown Court* da Inglaterra e do País de Gales identifica que alguns acusados viram a polidez judicial como uma "fachada", ao passo que vítimas e testemunhas elogiaram os juízes por seu tratamento atencioso ou gentil (Jacobson, Hunter e Kirby 2015: 189).

[7] Alguns pesquisadores concluem que tribunais resolvedores de problemas, e as premissas subjacentes da justiça terapêutica, não são menos punitivos que os tribunais tradicionais, e, de fato, podem implicar mais vigilância e controle social do que as penas convencionais (Hannah-Moffat e Mauruto 2012, Moore 2007).

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

REFERÊNCIAS

Australian Government Productivity Commission (2018) *Report on government services*: courts (Chapter 7). Report. Steering Committee for the Review of Government Service Provision, Canberra, from <https://www.pc.gov.au/research/ongoing/report-on-government-services/2018/justice/courts>

Baillot, Helen, Sharon Cowan and Vanessa E. Munro (2013) 'Second-Hand Emotion? Exploring the Contagion and Impact of Trauma and Distress in the Asylum Law Context', *Journal of Law and Society* 40:509-540.

Bandes, Susan A. (ed.) (2001) *The passions of law*. New York and London: New York University Press.

Bandes, Susan A. and Jeremy A. Blumenthal (2012) 'Emotion and the Law', *Annual Review of Law and Social Science* 8:161-181.

Bergman Blix, Stina and Åsa Wettergren (2018) 'Humour in the Swedish Court: Managing Emotions, Status and Power', In *Judges, judging and humour* (eds.) Jessica Milner Davis and Sharyn Roach Anleu. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, p. 179-210.

Bergman Blix, Stina and Åsa Wettergren (2016) 'A Sociological Perspective on Emotions in the Judiciary', *Emotion Review* 8:32-37.

Burke, Kevin and Steve Leben (2007-2008) 'Procedural Fairness: A Key Ingredient in Public Satisfaction', *Court Review* 44:4-15.

Carlen, Pat (1974) 'Remedial Routines for the Maintenance of Control in Magistrates' Courts', *British Journal of Law and Society* 1:101-117.

Carlen, Pat (1976a) *Magistrates' justice*. London: Martin Robertson.

Carlen, Pat (1976b) 'The Staging of Magistrates' Justice', *British Journal of Criminology* 16:48-55.

Decety, Jean and Philip L. Jackson (2004) 'The Functional Architecture of Human Empathy', *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews* 3:71-100.

Feldman Barrett, Lisa (2017) *How emotions are made*: the secret life of the brain. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

Flores, David M., Monica K. Miller, Jared Chamberlain, James T. Richardson and Brian H. Bornstein (2009) 'Judges' Perspectives on Stress and Safety in the Courtroom: An Exploratory Study', *Court Review* 45:76-89.

Gammerl, Benno (2012) 'Emotional Styles – Concepts and Challenges', *Rethinking History* 16:161-175.

Geyh, Charles Gardner (2013) 'The Dimensions of Judicial Impartiality', *Florida Law Review* 65:493-551.

Goffman, Erving (1956) 'The Nature of Deference and Demeanor', *American Anthropologist* 58:473-502.

Goldberg, Susan (2005) *Judging for the 21st century*: a problem-solving approach. Report, National Judicial Institute, from: http://www.nji.ca/Public/documents/Judgingfor21scenturyDe.pdf

Gross, James J. (2015) 'Emotion Regulation: Current Status and Future Prospects', *Psychological Inquiry* 26:1-26.

Hannah-Moffat, Kelly and Paula Maurutto (2012) 'Shifting and Targeted Forms of Penal Governance: Bail, Punishment and Specialized Courts', *Theoretical Criminology* 16:201-219.

Hobbs, Pamela (2007) 'Judges' Use of Humour as a Social Corrective', *Journal of Pragmatics* 39:50-68.

Hochschild, Arlie Russell (1983) *The managed heart*: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California Press.

Hunter, Rosemary (2005) 'Styles of Judging: How Magistrates Deal with Applications for Intervention Orders', *Alternative Law Journal* 30:231-36,46.

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

Hunter, Rosemary, Sharyn Roach Anleu and Kathy Mack (2016) 'Judging in Lower Courts: Conventional, Procedural, Therapeutic and Feminist Approaches', *International Journal of Law in Context* 12:337-360.
Jacobson, Jessica, Gillian Hunter and Amy Kirby (2015) *Inside Crown Court*: personal experiences and questions of legitimacy. Bristol: Policy Press.
King, Michael (2003) 'Applying Therapeutic Jurisprudence from the Bench', *Alternative Law Journal* 28:172-175.
King, Michael (2006) 'The Therapeutic Dimensions of Judging: The Example of Sentencing', *Journal of Judicial Administration* 16:92-105.
King, Michael S. and Steve Ford (2006) 'Exploring the Concept of Wellbeing in Therapeutic Jurisprudence: The Example of the Geraldton Alternative Sentencing Regime', *Murdoch University Electronic Journal of Law* (Special Series):9-26.
Kirby, Michael (1995) 'Judicial Stress', *Australian Bar Review* 13:3-42.
Kirby, Michael (2013) 'Judicial Stress and Judicial Bullying', *Australian Law Journal* 87:516-527.
Lens, Vicki (2016) 'Against the Grain: Therapeutic Judging in a Traditional Family Court', *Law & Social Inquiry* 41:701-718.
Lively, Kathryn J. (2008) 'Status and Emotional Expression: The Influence of "Others" in Hierarchical Work Settings', In *Social structure and emotion* (eds.) Jody Clay-Warner and Dawn T. Robinson. New York: Elsevier/Academic Press, p. 287-305.
Lively, Kathryn J. and Emily A. Weed (2014) 'Emotion Management: Sociological Insight into What, How, Why, and to What End?', *Emotion Review* 6:202-207.
MacCoun, Robert J. (2005) 'Voice, Control, and Belonging: The Double-Edged Sword of Procedural Fairness', *Annual Review of Law and Social Science* 1:171-201.
Mack, Kathy and Sharyn Roach Anleu (2007) '"Getting through the List": Judgecraft and Legitimacy in the Lower Courts', *Social & Legal Studies* 16:341-361.
Mack, Kathy (2010) 'Performing Impartiality: Judicial Demeanor and Legitimacy', *Law & Social Inquiry* 35:137-173.
Mack, Kathy (2012) 'In-Court Judicial Behaviours, Gender and Legitimacy', *Griffith Law Review* 21:728-751.
Maroney, Terry A. (2011a) 'Emotional Regulation and Judicial Behavior', *California Law Review* 99:1485-1555.
Maroney, Terry A. (2011b) 'The Persistent Cultural Script of Judicial Dispassion', *California Law Review* 99:629-682.
Maroney, Terry A. (2012) 'Angry Judges', *Vanderbilt Law Review* 65:1207-1284.
Maynard, Douglas W. (2003) *Bad news, good news*: conversational order in everyday talk and clinical settings. Chicago: University of Chicago Press.
McIvor, Gill (2009) 'Therapeutic Jurisprudence and Procedural Justice in Scottish Drug Courts', *Criminology & Criminal Justice* 9:29-49.
McMahon, Marilyn and David Wexler (2002) 'Therapeutic Jurisprudence: Developments and Applications in Australia and New Zealand', *Law and Context* 20:1-23.
Mileski, Maureen (1971) 'Courtroom Encounters: An Observational Study of a Lower Criminal Court', *Law & Society Review* 5:473-538.
Milner Davis, Jessica and Sharyn Roach Anleu (eds.) (2018) *Judges, judging and humour*. Cham: Palgrave Macmillan.
Milner Davis, Jessica and Troy Simpson (2001) 'Humour', In *The Oxford companion to the High Court of Australia* (eds.) Tony Blackshield, Michael Coper and George Williams. Melbourne, Australia: Oxford University Press, p. 328-329.
Moore, Dawn (2007) 'Translating Justice and Therapy: The Drug Treatment Court Networks', *British Journal of Criminology* 47:42-60.

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

Moran, Leslie J. (2018) 'What's a Box of "Bakewell Tarts" Got to Do with It? Performing Gender as a Judicial Virtue in the Theatre', In *Judges, judging and humour* (eds.) Jessica Milner Davis and Sharyn Roach Anleu. Cham: Palgrave Macmillan, p. 211-240.
Opeskin, Brian (2013) 'The State of the Judicature: A Statistical Profile of Australian Courts and Judges', *Sydney Law Review* 35:489-517.
Ptacek, James (1999) *Battered women in the courtroom*: the power of judicial responses. Boston: Northeastern University Press.
Reddy, William M. (2001) *The navigation of feeling*: a framework for the history of emotions. Cambridge: Cambridge University Press.
Reddy, William M. (2009) 'Historical Research on the Self and Emotions', *Emotion Review* 1:302-315.
Roach Anleu, Sharyn and Kathy Mack (2015) 'Performing Authority: Communicating Judicial Decisions in Lower Criminal Courts', *Journal of Sociology* 51:1052-1069.
Roach Anleu, Sharyn (2017) *Performing judicial authority in the Lower Courts*. London: Palgrave Macmillan.
Roach Anleu, Sharyn (2018) 'Judicial Humour and Inter-Professional Relations in the Courtroom', In *Judges, judging and humour* (eds.) Jessica Milner Davis and Sharyn Roach Anleu. Cham: Palgrave Macmillan, p. 141-178.
Roach Anleu, Sharyn, Kathy Mack and Jordan Tutton (2014) 'Judicial Humour in the Australian Courtroom', *Melbourne University Law Review* 38:621-665.
Roach Anleu, Sharyn, Kathy Mack, David Rottman and Jennifer Elek (2018) 'Judicial ethics, everyday work and emotion management' (unpublished manuscript).
Rock, Paul (1991) 'Witnesses and Space in a Crown Court', *British Journal of Criminology* 31:266-279.
Rock, Paul (1993) *The social world of an English Crown Court*: witnesses and professionals in the Crown Court Centre at Wood Green. Gloucestershire: Clarendon Press.
Scarduzio, Jennifer A. (2011) 'Maintaining Order through Deviance? The Emotional Deviance, Power, and Professional Work of Municipal Court Judges', *Management Communication Quarterly* 25:285-310.
Scheer, Monique (2012) 'Are Emotions a Kind of Practice (and Is That What Makes Them Have a History)? A Bourdieuan Approach to Understanding Emotion', *History and Theory* 51:193-220.
Schrever, Carly (2015) 'Judging Stress', *Law Institute Journal* 89:29-32.
Silverman, David (2013) *Doing qualitative research*. 4th ed. London: Sage Publications.
Travers, Max (2017) 'Business as Usual? Bail Decision Making and "Micro Politics" in an Australian Magistrates Court', *Law & Social Inquiry* 42:325-346.
Tutton, Jordan (2017) 'Therapeutic Jurisprudence in Sentencing Remarks: An Exploratory Study', *Alternative Law Journal* 42:162-165.
Tutton, Jordan, Kathy Mack and Sharyn Roach Anleu (2018) 'Judicial Demeanor: Oral Argument in the High Court of Australia', *Justice System Journal* (published online 25 May 2018), DOI: 10.1080/0098261X.2018.1463185.
Tyler, Tom R. (2003) 'Procedural Justice, Legitimacy and the Effective Rule of Law', *Crime and Justice* 30:283-357.
Tyler, Tom R. (2006) 'Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation', *Annual Review of Psychology* 57:375-400.
Tyler, Tom R. (2007-2008) 'Procedural Justice and the Courts', *Court Review* 44:26-31.
United Nations Office on Drugs and Crime (2002) *The Bangalore principles of judicial conduct*, from <https://www.unodc.org/pdf/crime/corruption/judicial_group/Bangalore_principles.pdf>

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.

United Nations Office on Drugs and Crime (2007) *Commentary on the Bangalore principles of judicial conduct*, from <https://www.unodc.org/unodc/en/corruption/tools_and_publications/commentary-on-the-bangalore-principles.html>

Ward, Jennifer (2017) *Transforming summary justice*: modernisation in the lower Criminal Courts. Abingdon and New York: Routledge.

Weber, Max (1978) *Economy and society*: an outline of interpretive sociology. Berkeley: University of California Press.

Wettergren, Asa (2010) 'Managing Unlawful Feelings: The Emotional Regime of the Swedish Migration Board', *International Journal of Work Organisation and Emotion* 3:400-419.

Wettergren, Åsa and Stina Bergman Blix (2016) 'Empathy and Objectivity in the Legal Procedure: The Case of Swedish Prosecutors', *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention* 17:19-35.

Wexler, David B. (2000) 'Therapeutic Jurisprudence: An Overview', *Thomas M. Cooley Law Review* 17:125-134.

Wilmoth, Peter (2018) 'Judge Dread', In *Good weekend (the age)*. Sydney: Fairfax Media Publications, p. 18-22.

ROACH ANLEU, Sharyn; MACK, Kathy. Comunicando a Justiça: estratégias judiciais alternativas. In: FRANÇA, Leandro Ayres; CARLEN, Pat (orgs.). **Alternativas à justiça**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. p. 231-252. | ISBN 978-85-92712-48-8 | Traduzido por Leandro Ayres França.